



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(dos Srs. Fernando Francischini e Duarte Nogueira)

Requer a realização de Audiência Pública com os convidados que abaixo especifica para prestarem esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas no sitio www.estadao.com.br.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de reunião de Audiência Pública com os convidados a seguir listados para prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas no sitio do Jornal Estadão em 31/08/2011:

- Exmo. Senhor Orlando Silva, Ministro de Estado dos Esportes
- Senhor Waldemar Manoel Silva e Souza, Secretário Executivo do Ministério dos Esportes
- Senhor Mustafá Contursi, Presidente do Sindicato das Associações de Futebol (Sindafutebol)
- Senhor Alcino Reis, Assessor Especial de Futebol do Ministério dos Esportes
- Senhor Alexandre Husni, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Corinthians
- Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

As denúncias recentemente publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos freqüentes e desarrazoados nos custos de convênios públicos.

Segundo notícias publicadas no sitio www.estadao.com.br, o Ministério dos Esportes assinou convênio para cadastrar torcidas organizadas.

Vejamos abaixo a notícia retirada do sitio:

Governo dá R\$ 6 mi a cartolas e projeto para cadastrar torcida não sai do papel

Convênio assinado com sindicato das associações de futebol profissional para cadastrar torcida organizada teve verba liberada em tempo recorde, mas entidade não sabe como cumprir o prometido

31 de agosto de 2011 | 5h 00

Marta Salomon, Leandro Colon e Fernando Gallo, de O Estado de S.Paulo

SÃO PAULO e BRASÍLIA - O governo federal repassou R\$ 6,2 milhões a um sindicato de cartolas do futebol para um projeto da Copa do Mundo de 2014 que nunca saiu do papel. Sem licitação, o Ministério do Esporte contratou o Sindicato das Associações de Futebol (Sindafebol), presidido pelo ex-presidente do Palmeiras Mustafá Contursi, para fazer o cadastramento das torcidas organizadas dentro dos preparativos para a Copa. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2010 e todo o dinheiro liberado, de uma vez só, em 11 de abril deste ano. O projeto, porém, jamais andou.

Veja também:

- [Entidade, agora, diz que analisa se poderá cumprir o contrato](#)

O Ministério do Esporte foi célere em aprovar o convênio, entre novembro e dezembro de 2010, com base em orçamentos e atestados de capacidade técnica apresentados pelo sindicato. O **Estado** obteve os documentos. O negócio rápido e milionário teve um empurrão oficial de Alcino Reis, assessor especial de futebol do ministério e homem de confiança do ministro Orlando Silva (PC do B) - de quem é correligionário no PC do B.

O convênio, que faz parte do projeto Torcida Legal, foi assinado por Reis e pelo secretário executivo do ministério, Waldemar Manoel Silva de Souza.

As empresas que aparecem como responsáveis pelos serviços do projeto nunca foram contratadas pela entidade dos cartolas, dirigentes de clubes, que leva o nome oficial de Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas (Sindafebol). Os atestados de capacidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

técnica entregues ao governo, por exemplo, foram feitos pelo próprio sindicato.

Na terça-feira, 30, questionado pelo **Estado**, o presidente do Sindafebol admitiu que a entidade não tem estrutura para tocar o convênio. "Dissemos ao ministério que nunca tínhamos feito isso. O sindicato não tinha experiência, e se colocou à disposição do ministério", disse Contursi, ao justificar a paralisação do projeto. Os R\$ 6,2 milhões recebidos, afirmou, estão parados numa conta bancária controlada por ele próprio.

O cartola admitiu que, diante das dificuldades do sindicato em cumprir as metas, a execução do contrato poderá ser "reavaliada", contrariando o discurso do governo de que tudo está dentro do planejado. O Ministério do Esporte alega que escolheu o Sindafebol, sem licitação, por ser mais "adequado" para tocar o projeto.

O convênio foi assinado em 31 de dezembro com vigência até o fim do ano. Em maio, porém, foi prorrogado até março de 2012.

Subcontrato. No processo do convênio assinado com o Esporte, o qual o **Estado** teve acesso, o sindicato informou que subcontrataria, por R\$ 3,3 milhões, a empresa Mowa Sports para desenvolver o software do cadastramento, locação de equipamentos eletrônicos, entre outras coisas. Procurada pelo **Estado**, a empresa afirmou que não assinou contrato com o sindicato.

"A Mowa Sports esclarece que não emitiu nenhuma nota fiscal nem recebeu nenhum pagamento relacionado ao assunto em referência. A Mowa Sports tinha todo o interesse em participar do projeto Torcida Legal e desenvolver ações de mobilidade digital, porém deixou de ser procurada meses atrás pelos responsáveis", diz nota da empresa.

Além de Contursi, dirigem a entidade o vice-presidente do Conselho Deliberativo do Corinthians, Alexandre Husni, o vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no Centro-Oeste, Weber Magalhães, entre outros.

Parecer. Em 14 de dezembro, durante a rápida aprovação do convênio, a contratação enfrentou um parecer contrário da consultoria jurídica do ministério, que apontou, por exemplo, ausência de "requisitos legais" e fragilidade na capacidade técnica.

O principal argumento do Sindafebol para fechar o contrato sem licitação foi dizer que tem em seu quadro de filiados todos os clubes de futebol credenciados na CBF, embora, em sua maioria, as torcidas organizadas, principal objeto do convênio, não sejam vinculadas diretamente aos clubes.

"O sindicato tem vários entrosamentos com o ministério", afirmou na terça-feira Contursi, citando o nome de Alcino Reis.

Reis, assessor do ministro, recomendou a contratação com base em uma declaração de capacidade técnica apresentada pelo próprio sindicato.

O curioso é que a entidade afirmou ter capacidade para tocar um projeto para o qual, segundo ela própria reconhece, não haveria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

parâmetro de comparação. "O Projeto Torcida Legal é inovador e não tem nenhuma experiência igual em todo o mundo", diz o atestado. "O Sindicato do Futebol tem todos os meios para junto com as Federações e Clubes, proceder o cadastramento das Torcidas Organizadas e seus torcedores." Diante disso, um parecer do ministério diz que essa autodeclaração "demonstra a capacidade técnica do proponente" para realizar o convênio.

O contrato prevê o cadastramento de 475 torcidas organizadas. "O projeto traz em seu contexto que é preciso aproveitar a mobilização nacional para mudar o ambiente social, a cultura e o comportamento que existe em torno do futebol como uma ação de preparação do Brasil para a Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014", diz o documento do ministério.

Como podemos observar em trechos da matéria, o sindicato que assinou o convênio com o Ministério dos Esportes admitiu não ter estrutura para tocar o referido convênio. Em outro trecho, o mesmo sindicato já afirma que *"tem todos os meios para junto com as Federações e Clubes, proceder o cadastramento das Torcidas Organizadas"*.

Diante de tanta controvérsia nas declarações da mesma entidade, é de suma importância que apuremos em Audiência Pública com os convidados acima qualificados para que possamos esclarecer o que de fato houve na celebração desse convênio, cumprindo com nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2011.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI

PSDB/PR

Deputado DUARTE NOGUEIRA

PSDB/SP